

Os países dos BRICS no Sistema Financeiro Internacional (SFI) de 1995 a 2019

BRICS countries in the International Financial System (SFI) from 1995 to 2019

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli¹
Liana dos Santos Gonçalves de Souza²

RESUMO

O BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foi formalizado a partir de 2006 como um bloco de países com interesses e objetivos mútuos e tem um papel importante no cenário político e econômico mundial no século vinte e um. Este documento visa verificar as mudanças de poder que os países acima mencionados obtiveram nas principais organizações do Sistema Financeiro Internacional (IFS) desde os últimos anos do século XX. As organizações escolhidas para serem estudadas são o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco de Compensações Internacionais (BIS), a fim de verificar as mudanças que os países têm sido capazes de fazer no poder de decisão, votos e cotas de participação nas organizações. Para verificar tais mudanças, a principal fonte de informação utilizada foram os documentos e publicações das organizações disponíveis na Internet, assim como as páginas oficiais dos governos dos países.

Palavras-chave: BRICS. Sistema Financeiro Internacional. Fundo Monetário Internacional.

¹ Economista, Doutora em História Econômica pela USP e professora adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: fatprevi@gmail.com

² Economista. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: liana.goncalves18@gmail.com

ABSTRACT

The BRICS (Brazil, Russia, India, China and South Africa) was formalized in 2006 as a bloc of countries with mutual interests and objectives and has an important role in the world political and economic scenario in the twenty-first century. This document aims to verify the changes in power that the countries mentioned above have had in the main organizations of the International Financial System (IFS) since the last years of the 20th century. The organizations chosen to be studied are the International Monetary Fund (IMF) and the Bank for International Settlements (BIS), in order to verify the changes that countries have been able to make in decision-making power, votes and participation quotas in organizations. To verify these changes, the main source of information used was the documents and publications of the organizations available on the Internet, as well as the official pages of the governments of the countries.

Keywords: BRICS. International Financial System. International Monetary Fund.

Introdução

Em 2001, o economista Jim O'Neil, trabalhando no banco de investimentos Goldman Sachs, criou a sigla BRICS - o resultado da união das iniciais dos nomes dos seguintes países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A pesquisa conhecida como "Building Better Global Economic BRICS", refletiu uma perspectiva do mercado financeiro sobre países emergentes e hegemônicos como ponto de partida para novas estratégias no coração do investimento internacional e seu objetivo era orientar os investidores globais sobre o potencial dos mercados emergentes.

A coordenação entre Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) começou informalmente em 2006. Desde então, a sigla, criada alguns anos antes pelo mercado financeiro, não se limitou mais a identificar quatro economias emergentes. O grupo foi formalizado a partir de 2006 como um bloco de países que incluiu a África do Sul em 2011 e opera com interesses e objetivos mútuos e tem um papel importante no cenário político e econômico mundial no século XXI.

Em termos demográficos, segundo dados das Nações Unidas de 2019, o grupo inclui 41,69% da população mundial, com os dois países mais populosos do planeta. Assim, a China tem 18,59% da população mundial, e a Índia representa 17,71%. O Brasil tem 2,74%, a Rússia tem 1,89% e a África do Sul vem em último lugar com 0,76% do total da população mundial. Os BRICS representam uma contribuição importante em termos de PIB mundial, portanto, em 2018, de acordo com dados extraídos do Banco Mundial, temos a China com 15,8% do PIB mundial, seguida pela Índia com 3,2%, Brasil com 2,2%, Rússia com 1,9% e África do Sul com 0,4%. Assim, os BRICS neste ano representam um total de quase um quarto da economia mundial com 23,5%.

Por outro lado, a atual configuração do Sistema Financeiro Internacional o divide em três grupos de organizações. No primeiro grupo, podemos incluir aquelas que exercem as funções de regulação e supervisão. No segundo grupo, temos aqueles que são regulados e supervisionados pelo primeiro. No terceiro, encontramos as organizações que não seguem tais regras ou supervisão, também conhecidas como Shadow Banking System. Esta configuração do Sistema Financeiro Internacional reflete uma característica da própria evolução do Capitalismo para sua fase mais recente, conhecida em geral como Globalização Financeira (HIRST, THOMPSON e BROMLEY, 2009).

Ao mesmo tempo, a estrutura do Sistema Financeiro Internacional e sua operação trazem uma aparente contradição entre a visão expansionista de obtenção de lucro e o incentivo

à competição generalizada. Entretanto, os países com maior poder dentro do grupo não são necessariamente os mais poderosos da economia mundial.

Este artigo procura examinar a participação dos países do grupo BRICS no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco de Compensações Internacionais (BIS), dentro do grupo de organizações reguladoras do Sistema Financeiro Internacional (SFI), a fim de compreender as mudanças em termos do poder que estes países têm nestas duas instituições. Portanto, o artigo tem 3 partes, além desta introdução. Na primeira parte, é discutida uma breve história do FMI e do BIS. A seguir, a história da participação dos países que hoje compõem os BRICS dentro das organizações com alguns dados relacionados com o poder que exercem. Finalmente, temos algumas considerações como conclusão.

1. O BIS e o FMI no Sistema Financeiro Internacional.

Banco de Compensações Internacionais (BIS)

O Banco de Compensações Internacionais (BIS) foi criado em 1930 pelos acordos de Haia, Basileia, Suíça. Criado no contexto do Plano Jovem³ aprovado em 20 de janeiro de 1930 na Conferência de Haia. O BIS substituiu o General Repair Agent e assumiu o papel de gerenciar a coleta, administração e distribuição dos pagamentos feitos como reparações de guerra pela Alemanha e aliados derrotados na Primeira Guerra Mundial. O nome do banco deriva deste papel inicial. Além disso, o BIS foi nomeado como agente de fideicomissários e fiduciários, respectivamente, para os empréstimos internacionais do governo alemão de 1924 e 1930 (os chamados Dawes and Young Loans emitidos para ajudar a financiar reparações de guerra). Em execução do Plano Jovem, o BIS reinvestiu parte do Empréstimo Jovem em títulos alemães (BACKER, 2002).

Os fundos que permitiram ao BIS funcionar durante o século XX foram fornecidos por bancos centrais na Bélgica, França, Alemanha, Itália, Japão e Grã-Bretanha e por três bancos privados nos Estados Unidos: JP Morgan & Company, First National Bank of New York e First National Bank of Chicago. O banco central de cada país possuía 16.000 ações e os três bancos privados americanos possuíam 16.000 ações cada um. Assim, a representação americana no BIS era três vezes maior do que a de qualquer outro país (LEBOR, 2014).

3 O Plano Jovem pretendia tratar da questão dos pagamentos de reparações impostas à Alemanha (e, em menor grau, em outros países da Europa Central) pelo Tratado de Versalhes após o fim da Primeira Guerra Mundial.

Como resultado da Grande Depressão dos anos 30, a questão das reparações de guerra desapareceu rapidamente. e o BIS concentrou suas atividades na cooperação técnica entre bancos centrais (incluindo gestão de reservas, transações de câmbio, pagamentos postais internacionais, depósitos de ouro e opções de swap) e começou a proporcionar espaço para reuniões regulares dos chamados governadores de bancos países fundadores. O Conselho do BIS era composto pelos Governadores e seus suplentes do Banco Nacional da Bélgica, do Banco da França, do Reichsbank alemão, do Banco da Itália, do Banco da Holanda, do Riksbank sueco, do Banco Nacional da Suíça e do Banco da Inglaterra, bem como representantes do Banco do Japão, além de representantes dos três bancos privados americanos mencionados. (LEBOR, 2014)

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, de acordo com o site oficial do BIS (www.bis.org), durante a Conferência de Bretton Woods foi decidido abolir o BIS porque foi considerado que a organização não teria um papel útil a desempenhar quando o recém-criado Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional estivessem operacionais. Os banqueiros centrais europeus tiveram uma visão diferente e fizeram lobby com sucesso para manter a organização. No início de 1948, a resolução do acordo havia sido posta de lado e foi acordado que o BIS se concentraria principalmente em assuntos monetários e financeiros europeus (BIS, 2017).

Nos anos 70, o Grupo dos Dez (G10) também criou o Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia (BCBS) como um comitê de autoridades de supervisão bancária dos bancos centrais dos países do G10, a fim de proporcionar um fórum para a supervisão bancária de cooperação. Nas décadas seguintes, o Comitê da Basiléia emitiu o Acordo de Capital da Basiléia, introduzindo uma estrutura para medir o risco de crédito para bancos internacionalmente ativos, que se tornou um padrão seguido globalmente. Este Acordo de Capital ficou conhecido como Basiléia I e foi melhorado nos acordos de Basiléia II (2004) e Basiléia III (2010) a fim de aumentar o controle e determinação dos níveis de risco dos investimentos operados por organizações financeiras a nível internacional (LEBOR, 2012).

Devido à crise financeira e bancária de 2007-08, a estrutura do BIS foi modificada e as principais estruturas e grupos que trabalham no BIS são o Conselho de Administração e seus principais comitês são o Comitê de Gestão. Basel Banking Supervision (BCBS), o Comitê Global do Sistema Financeiro, o Comitê de Sistemas de Pagamentos e Liquidação, além do Fórum de Governança dos Bancos Centrais (BIS, 2017).

Com relação ao Conselho de Administração, em 2016 o banco anunciou mudanças em seus Estatutos que entraram em vigor em 2019. As mudanças visavam a

composição do Conselho de Administração do Banco. A antiga diretoria tinha até 21 diretores, sendo seis diretores *ex officio* (os governadores dos bancos centrais da Bélgica, França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos), cada um dos quais nomeou outro diretor da mesma nacionalidade. Além disso, nove Governadores de outros bancos centrais membros foram eleitos para a Diretoria. Com as mudanças, o número total de diretores foi reduzido de 21 para 18, os seis diretores *ex officio* nomearam um diretor - ao invés de seis - de uma de suas nacionalidades e o número de diretores eleitos aumentou de nove para 11. O atual Conselho de Administração inclui um representante do Brasil, um da China e um da Índia.

2. Fundo Monetário Internacional (FMI)

O FMI foi concebido em julho de 1944, na reunião de Bretton Woods, nos Estados Unidos da América, e entrou formalmente em vigor em dezembro de 1945, quando seus primeiros 29 países membros assinaram seus Estatutos e iniciaram suas operações em 1º de março de 1947. Este processo, conhecido como vigilância, ocorre em nível global e em países e regiões individuais. O FMI avalia se as políticas nacionais promovem a estabilidade dos países, examinando os riscos que elas podem representar para a estabilidade do mercado interno e da Balança de Pagamentos, e aconselha sobre os ajustes políticos necessários. Ele também propõe alternativas quando as políticas dos países promovem a estabilidade interna, mas podem prejudicar a estabilidade global (DE VRIES, 1986).

No início dos anos 60, o valor fixo do dólar americano em relação ao ouro, sob o sistema de taxas de câmbio fixas de Bretton Woods, foi visto como superestimado. Um aumento significativo dos gastos domésticos com os programas de Lyndon Johnson e um aumento dos gastos militares causados pela Guerra do Vietnã pioraram gradualmente a valorização do dólar. O sistema se dissolveu entre 1968 e 1973.

Desde o colapso do sistema de Bretton Woods, os membros do FMI têm sido livres para escolher qualquer forma de acordo de câmbio que desejem (exceto para fixar sua moeda em ouro). Desta forma, o objetivo era a liberdade dos fluxos monetários ligados a outra moeda ou a uma cesta de moedas, adotando a moeda de outro país, participando de um bloco monetário ou fazendo parte de uma união monetária. (FMI, 2010)

Após a crise financeira e bancária de 2007-08, o FMI começou a afirmar em seu site que "O principal objetivo do FMI é garantir a estabilidade do sistema monetário internacional - o sistema de taxas de câmbio e os pagamentos internacionais que permitem aos países (e seus cidadãos) negociar uns com os outros. O mandato do Fundo foi atualizado em 2012 para incluir

todas as questões do setor macroeconômico e financeiro que influenciam a estabilidade global". (FMI, 2017)

Para atingir este objetivo, o FMI diz em sua página oficial que trabalha com uma equipe de gestão e 17 departamentos. A equipe tem um Diretor Administrativo, que é o líder da equipe e o Presidente do Conselho Executivo. Esta presidência é designada pelo Conselho Executivo por um mandato renovável de cinco anos e é assistida por um Primeiro Diretor-Geral Adjunto e três Diretores Adjuntos. Os fundos para empréstimos do FMI são fornecidos pelos países membros, principalmente através do pagamento de cotas. Cada país membro do FMI recebe uma cota, com base em sua posição relativa na economia mundial. As principais decisões do FMI são tomadas pelo Conselho de Administração composto por um governador e um governador suplente para cada país membro, sendo o governador geralmente o ministro das finanças ou o governador do banco central do país. Este conselho se reúne uma vez por ano. (FMI, 2017).

Tabela 1: Cotas e Votos dos países membros do FMI em 2017 como porcentagem do total.

Country	Quota (%)	Votes (%)
USA	17,5	16,5
Japan	6,5	6,2
China	6,4	6,1
Germany	5,6	5,3

Fonte: Elaboração própria usando dados oficiais do FMI, disponível em: <https://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx>, acessado em 23-Outubro-2019.

A Tabela 1 mostra as ações e ações com direito a voto dos membros do FMI desde a Reforma do Conselho, em janeiro de 2016. Ao contrário de outros organismos internacionais, onde as decisões são tomadas com base em um voto para cada país, o FMI segue um modelo diversificado de tomada de decisões. O poder de voto de cada país é determinado pela proporção de ações que o país possui. É importante observar que mais de 50% das ações pertencem aos EUA, Japão, China, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Índia. Para atingir mais de 50% do poder de voto, a Rússia está incluída no grupo. No caso de acordo mútuo, tal grupo pode decidir por votação conjunta na Assembleia de Governadores.

3. Os países BRICS no FMI e no BIS.

Os países BRICS estão no IFS desde o início das duas principais instituições que analisamos neste documento, o FMI e o BIS. Em relação ao FMI, Índia, China e África do Sul foram admitidos no ano de sua criação, 1945, Brasil em 1946 e Rússia em 1992. Entretanto, as datas de admissão para o BIS foram muito diferentes, pois o banco é uma parceria limitada, com a característica de um clube para seus membros, e foi somente no início do século 21 que começou a ser formado somente por bancos centrais, eliminando os parceiros privados. A África do Sul foi a primeira a ser admitida em 1971, a Rússia, a China e a Índia aderiram em 1996 e o Brasil foi o último a entrar na instituição, em 1997. A Tabela 2 mostra as mudanças na participação em Cotas e DSE (Direitos de Saque Especiais) dos países BRICS no século XXI no FMI.

Tabela 2: Evolução dos DSE e Participação em Citações, países BRICS.

Anos selecionados	2006		2010		2015*	2020	
Países	DSE	Quota (%)	DSE	Quota (%)	Quota (%)	DSE	Quota (%)
Brasil	3,035	1.42%	11,042	1.78%	2.3%	11,042	2.32%
China	6,369	2.98%	30,482	3.99%	6.4%	30,483	6.41%
Índia	4,158	1.94%	13,114	2.44%	2.7%	13,114	2.76%
Federação Russa	5,945	2.78%	12,903	2.93%	2.7%	12,904	2.71%
África do Sul	1,869	0.874%	3,051	0.78%	0.6%	3,051	0.64%

Fonte: Relatórios anuais do FMI de 2010 e 2020.

(*) O DSE não teve nenhuma mudança em relação ao ano anterior mostrado na tabela.

Após a última Revisão de Cotas feita em 2014, houve mudanças no poder da China dentro do FMI, como pode ser observado na tabela 3, onde podem ser observadas as mudanças nos votos como porcentagem do total de votos de 2008 e 2020. Com exceção da África do Sul, outros países BRICS viram alguns aumentos em seu poder de voto dentro do FMI nos últimos 12 anos.

Tabela 3: FMI, poder de voto como % do total, anos selecionados.

	2008	2020
Brasil	1.71	2.22
China	3.80	6.08
Índia	2.33	2.63
Federação Russa	2.38	2.59
África do Sul	0.77	0.64

Fonte: Relatórios anuais do FMI de 2010 e 2020.

Também é importante observar, uma vez que suas datas de admissão no FMI, o Brasil foi o país que teve o maior número de empréstimos concedidos, 16 no total. A Índia tinha sete, a África do Sul tinha cinco, a Rússia tinha quatro e a China tinha apenas dois, em 1981 e 1986 como pode ser visto na Tabela 4 (FMI, 2017).

Tabela 4: Acordos de empréstimos e saques dos países BRICS de 1945 a 2018

	Número de acordos de empréstimo	Montante acordado (*)	Quantia Desenhada(*)	Desenhado/Agredo em %
Brasil	16	60,144,695	41,539,187	69,07
China	2	1,047,725	1,047,725	100,00
Índia	7	7,680,425	6,405,425	83,40
Rússia	4	21,538,670	11,283,243	52,39
África do Sul	5	696,000	402,200	57,79

Fonte: Relatórios anuais do FMI de 1995 e 2020. (*) em milhares de DSEs

Os dados apresentados na Tabela 4 mostram a dependência dos BRICS da ajuda do FMI. Todos os cinco países utilizaram mais de 50% de seus montantes acordados para retirada, mas o total de DSE permitido a cada país é diferente de sua posição vista na Tabela 2. Por exemplo, a China tem o maior número de cotas, mas o menor valor acordado enquanto o Brasil teve os maiores empréstimos feitos e tem a segunda menor cota entre os cinco BRICS.

Os BRICS, em sua 6ª Cúpula realizada no Brasil em 14-16 de julho de 2014, criaram o que é popularmente conhecido como o Banco BRICS (um par de duas instituições) com sede em Xangai, China. As instituições criadas são o New Development Bank (NDB) e o Contingent Reserve Arrangement (CRA). O NBD tinha um capital inicial de US\$ 100 bilhões e tem um mandato para fornecer empréstimos sem juros a países emergentes e em desenvolvimento,

principalmente para grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Além disso, em comparação com as instituições internacionais estabelecidas, o BND está empenhado em conceder empréstimos mais rapidamente e de forma mais barata, e operar através de formas mais representativas e democráticas de governança e tomada de decisões. O NDB é complementado com os US\$ 100 bilhões. CRA, que se destina a fornecer assistência a países com problemas de liquidez a curto prazo. (BRICS, 2014)

O Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento explica assim seu propósito: "O Banco deverá mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento, complementando os esforços existentes das instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento e desenvolvimento global". (BRICS, 2014)

O *Contingent Reserve Arrangement* (CRA) estabelece um fundo de reserva contingente autogerido para evitar pressões de curto prazo sobre o balanço de pagamentos, fornecer apoio mútuo e fortalecer ainda mais a estabilidade financeira entre os países membros dos BRICS. O CRA é visto pelos BRICS como fortalecendo a rede global de segurança financeira e complementando os acordos monetários e financeiros internacionais existentes (BRICS, 2014).

Na época de sua criação, o CRA tinha um multiplicador de US \$ 18 bilhões para o Brasil, Rússia e Índia, US \$ 41 bilhões para a China e US \$ 5 bilhões para a África do Sul. Este multiplicador seria utilizado para as cotas de sorteio. A intenção declarada é que todos os membros do CRA e do NDB tenham um voto igualitário (sem previsão de veto), os países individuais só possam aumentar sua contribuição com o acordo majoritário dos outros e limites na medida em que um membro possa dominar o financiamento.

McDowell (2014) observou que o FMI/Banco Mundial tem um capital de gestão de crise de US\$800 bilhões, com cerca de 200 países membros tendo acesso a esses recursos. O BRICS CRA tem atualmente US\$ 100 bilhões com cinco países membros. Estes números mostram que o CRA dá a cada um dos BRICS maiores direitos de saque do que sua cota no FMI.

Uma rápida análise do poder detido pelas quinze maiores economias mundiais nas principais instituições do IFS, aponta que as 15 maiores economias somam quase 70% do PIB mundial e os quatro países BRICS incluídos nestes quinze, somam 32% do PIB mundial total. Entretanto, no FMI, os quatro países acima mencionados têm 13% do total do poder de voto dentro da organização (FMI, 2017a; FMI, 2018; FMI, 2018a; FMI, 2020).

Quando o país adere ao FMI, recebe uma quota inicial semelhante às quotas dos membros existentes de tamanho e características econômicas semelhantes. O FMI usa uma fórmula para avaliar a posição relativa de um membro. Esta fórmula é alterada regularmente,

influenciando as cotas e o poder de voto. De acordo com o relatório anual de 2017 do FMI, a fórmula atual de cotas é uma média ponderada do PIB (50% de peso), abertura de mercado (30%), variabilidade da taxa de câmbio (15%) e reservas internacionais (5%).

No BIS, 8 dos 17 membros do Conselho que realmente tomam decisões, são os presidentes dos bancos centrais da Alemanha (Presidência do Conselho mais um membro), EUA (2), Bélgica (1), França (1), Itália (1), e Reino Unido (1). Estes países juntos têm 35% do poder de voto do FMI. Eles também são membros do Grupo dos Dez (G10) e, juntamente com os outros países desse grupo, têm cerca de 47% do total de votos no FMI e no Banco Mundial. Enquanto isso, China, Brasil e Índia têm cada um dos membros no Conselho e a Rússia não tem nenhum.

Por outro lado, as organizações criadas para aumentar a participação dos países em desenvolvimento, como o G20 e mesmo o Fórum de Estabilidade Financeira (FSF) e o Comitê de Estabilidade Financeira (FSB), não têm o poder de determinar ou enfrentar as decisões tomadas pelo grupo selecionado de países mencionados acima.

Conclusão

O Fundo Monetário Internacional (FMI) interage com os governos enquanto o BIS interage apenas com outros bancos centrais. O FMI empresta dinheiro aos governos nacionais e frequentemente esses países estão enfrentando alguma crise fiscal ou monetária. Além disso, o FMI levanta dinheiro recebendo contribuições de cota de seus países membros. Embora os países membros possam pedir dinheiro emprestado para fazer suas contribuições, na verdade, elas vêm de impostos pagos pelos contribuintes. É curioso observar que esta característica do relacionamento do FMI com seus países membros é exatamente a base da política econômica consolidada nas democracias capitalistas nas últimas décadas, e que engendra em sua aparente lógica hidráulica - de "equilíbrio" contábil - uma contradição entre a apreensão do produto social gerado pelas economias nacionais e a questão monetária.

O BIS, como o banco central do resto, facilita a movimentação de dinheiro. Ele faz "empréstimos ponte" para bancos centrais em países onde o dinheiro do FMI ou do Banco Mundial foi prometido, mas ainda não liberado. Estes empréstimos-ponte são então devolvidos pelos respectivos governos quando os fundos que foram prometidos pelo FMI ou pelo Banco Mundial são liberados.

Além disso, é importante notar que o FMI e o BIS, assim como os comitês, comissões, fóruns e outras organizações criadas a partir de ambos, tomam suas decisões centradas na defesa

dos interesses de um pequeno grupo de nações que não incluem os países BRICS, como mostrado neste documento.

Referências

BACKER, J.C. *O Banco de Assentamentos Internacionais: Evolution and Evaluation*, Londres: Quorum Books, 2002

BIS. *A História do Banco de Assentamentos Internacionais*. 2017. Disponível em <https://www.bis.org/about/history.htm> acesso em 24-12-2017.

BRICS. *VI Cúpula do Brics*. 2014. Disponível em <http://brics.itamaraty.gov.br/>

DE VRIES, M. G. *O FMI em um Mundo em Mudança, 1945-85*. Nova York: FMI, 1986.

HIRST, Paul; THOMPSON, G; BROMLEY, S. *Globalization in Question*. Polity Press, Cambridge, 2009.

Fundo Monetário Internacional. *Sobre o FMI*. 2017. Disponível em <https://www.imf.org/en/About>

_____. *Empréstimo do FMI*. 2018. Disponível em <http://www.imf.org/en/About/Factsheets/IMF-Lending>.

_____. *Relatório Econômico Mundial*. 2018a Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/09/24/world-economic-outlook-october-2018>.

_____. *IMF Finances*. 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/data/imf-finances>. Acesso em: 26 jan. 2020.

LEBOR, A. *A torre da Basileia, A História Sombra do Banco Secreto que Dirige o Mundo*. Nova Iorque: Assuntos Públicos, 2014

MCDOWELL, D. “BRICS Bank Will Bolster, Not Challenge, Global Financial System”. In *WPR Briefing*. 2014. Disponível em <http://www.worldpoliticsreview.com/articles/13980/brics-bank-will-bolster-not-challenge-global-financial-system>